

153. CRÓNICA 153 AS GRANDES MENTIRAS DA HISTÓRIA. 21/11/15

153.1. AS SETE GRANDES MENTIRAS DA HISTÓRIA DE PORTUGAL

Chegou o momento de dar voz a outros nestas crónicas e esta de António Garrochinho é bem esclarecedora e desconhecida pela maior parte dos professores e dos alunos deste país....

Publicada por António Garrochinho quinta-feira, 19 de novembro de 2015.

A respeito da nossa História temos muitas ideias feitas que não correspondem à verdade, mas as sobre as quais assenta a imagem que temos do País.

Descubra-as, agora aqui, na íntegra. (Confira, em baixo, a explicação detalhada sobre cada mentira)

153.1.1. MENTIRA N.º 1 -PORTUGAL É UM PAÍS DE BRANDOS COSTUMES

Não é verdade.

Só nos séculos XIX e XX, contam-se por milhares os mortos em guerras civis e revoluções. Foi o Estado Novo que inventou o chavão, numa operação de ação psicológica.

Naquela manhã de céu azul, a capital acordou ao som do canhão.

Erguiam-se barricadas, o vizinho lutava contra o vizinho, com soldados pelo meio e bandeiras nacionais de ambos os lados.

Ao final do dia, muito sangue tinha corrido nas valetas e contavam-se uns 200 mortos e mais de um milhar de feridos.

Este quadro não diz respeito a um país distante nem a uma época remota do passado.

Aconteceu há menos de cem anos, no dia 14 de maio de 1915.

Em Lisboa, capital de Portugal. Num país de "brandos costumes".



Se mais exemplos não houvesse, este bastaria para derrubar a tese da "brandura" dos nossos hábitos e procedimentos, posta a circular pelo Estado Novo salazarista.

Mas as demonstrações de aspereza de costumes podem multiplicar-se até à exaustão.

Comecemos pelo caso acima referido.

O levantamento de maio de 1915, liderado pelo grupo dos chamados "Jovens Turcos", dirigia-se contra a "ditadura" de Pimenta de Castro, um general mandatado três meses e meio antes pelo presidente Manuel de Arriaga para governar com o Parlamento encerrado.

Jovem Turquia era o nome de uma loja maçónica de que faziam parte políticos, civis e militares.

O seu objetivo de repor a plena vigência da Constituição de 1911 seria alcançado, levando à imediata transmissão dos poderes para uma Junta Constitucional composta por cinco "jovens turcos", todos afetos à entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, uma medida preconizada por Afonso Costa, o líder do Partido Democrático.

153.1.2. LINCHAMENTO DE UM SENADOR

No dia 17, esta junta preparava-se para transmitir por sua vez o poder a um novo Governo, que seria chefiado pelo dirigente do PD, João Chagas.

Porém, nesse mesmo dia, Chagas era atingido a tiro num olho pelo advogado e senador João José de Freitas, quando se encontrava na estação ferroviária do Entroncamento, dentro do comboio que o transportava do Porto para Lisboa.

Chagas ficou parcialmente cego e Freitas foi ali mesmo linchado por um grupo de populares de que fazia parte um soldado da GNR. Brandos costumes?

Poucos anos antes, nos dias 4 e 5 de outubro de 1910, a revolução que derrubara a Monarquia e implantara a República fizera, também em Lisboa, entre 60 e 70 mortos e cerca de 500 feridos.

Tinham sido erguidas barricadas na Rotunda (Marquês de Pombal) e um cruzador bombardeara o Palácio das Necessidades, onde o jovem rei D. Manuel II jogava o bridge com alguns cortesãos.

Um dos obuses da Rotunda, disparados no enfiamento da Avenida de Liberdade, pegou fogo a um prédio. As (poucas) forças leais à Monarquia, comandadas por Paiva Couceiro, investiram primeiro pelo lado de Campolide, e depois a partir do alto do Torel.

O Rossio era um acampamento de soldados, com as armas ensarilhadas.

O rei, a mãe e a avó passariam a noite em Mafra, de onde seguiriam para a Ericeira para embarcar rumo ao exílio.

Automóveis com revolucionários dentro perseguiram-nos ainda pela estrada do Sobreiro.

153.1.3. REI PRESIDENTE ASSASSINADOS

D. Manuel II, de 20 anos, sucedera 32 meses antes ao pai, D. Carlos, assassinado em pleno Terreiro do Paço a 1 de fevereiro de 1908.

A meio da tarde desse dia, sob um pálido sol de inverno, o penúltimo rei de Portugal e o príncipe Luís Filipe, herdeiro do trono, tinham sido assassinados a tiro quando seguiam num landau, pouco depois de terem desembarcado do vapor do Barreiro, no regresso do palácio de Vila Viçosa.

O eco dos disparos de Manuel Buiça e Alfredo Costa, dois membros da sociedade secreta Carbonária, abalou a vida política nacional e anunciou para breve o advento da República, mas o regicídio foi considerado na altura pelos lisboetas quase como algo de natural.

Sabe-se agora que se tratou de um plano articulado, que envolvia além dos carbonários muitas outras pessoas, algumas altamente colocadas.

Numa reportagem publicada pelo New York Times em julho desse ano lia-se: "Diz-se que a rainha Amélia reconheceu num dos assassinos um proeminente líder político, mas guarda firmemente o seu segredo."

Implantada a República, em 1911 e 1912 grupos de monárquicos exilados em Espanha entraram em pé-de-guerra pelo norte de Portugal, cercando vilas, investindo aldeias, aliciando camponeses e pastores para a causa derrotada.

Depois, entre 1915 e 1925 foram numerosos os movimentos militares em defesa da República democrática ou contra ela.

Um dos golpes triunfantes, o de Sidónio Pais, inauguraria no final de 1917 um ano de ditadura que terminaria com a morte a tiro, na Estação do Rossio, daquele a quem Fernando Pessoa chamara Presidente-Rei.

Era o segundo assassinio de um Chefe de Estado português em menos de 11 anos, depois do regicídio que vitimara D. Carlos.

153.1.4. UMA GUERRA ESQUECIDA

Ainda os tiros que tinham vitimado Sidónio ecoavam no Rossio, e já na outra ponta da linha férrea que dali partia no Porto era restaurado o regime monárquico.

Em Lisboa, os republicanos formaram um executivo obedecendo à Constituição de 1911, mas as Juntas Militares conservadoras não se conformaram e exigiram "um governo de força".

Contavam para isso com o apoio dos civis que giravam em torno do Integralismo Lusitano, de extrema-direita.

O deposto rei D. Manuel II não só acompanhava tudo com a máxima atenção a partir do seu exílio inglês como dera mesmo luz verde à movimentação monárquica.

A ideia dos insurretos era estender as suas movimentações a todo o País, mas as Juntas Militares de Lisboa mostraram-se divididas.

Porém, a 22 de janeiro de 1919 uns 70 monárquicos hasteavam a bandeira azul e branca na antena telegráfica do alto de Monsanto.

Ali acabariam por ser cercados e desfeiteados por militares e civis leais à República.

Mas não terminou aqui a guerra civil de 1919.

Só a 13 de fevereiro, depois de combates no litoral centro do País, é que as forças republicanas entraram na Invicta e puseram termo à efémera Monarquia do Norte.

153.1.5. OS CRIMES DA NOITE SANGRENTA

A barbaridade maior estava, no entanto, para vir.

Na noite de 19 de outubro de 1921, uma pequena camioneta de caixa aberta tripulada por marinheiros e soldados da GNR foi recolhendo em suas casas o chefe do governo e outras figuras destacadas da vida política. Um a um, estes foram depois abatidos a tiro na rua, no meio de insultos e sevícias.

A data ficou conhecida por Noite Sangrenta e o veículo por Camioneta Fantasma. Os sublevados, chefiados pelo cabo marinho Abel Olímpio (alinhado de Dente de Ouro), assassinaram o primeiro-ministro António Granjo, o antigo herói da Rotunda, Machado Santos, o ex-ministro da Marinha e ex-presidente da Câmara de Lisboa Carlos da Maia e outras figuras destacadas.

O que está por detrás da Noite Sangrenta pode ter sido a demissão de Liberato Pinto da chefia do Governo e do comando da GNR, mas falou-se também de conspiração monárquica.

A hipótese de se ter tratado de uma movimentação orquestrada na sombra por setores do Partido Democrático também é plausível: este partido, dominante ao longo dos 16 anos da Primeira República, ter-se-ia assim vingado de inimigos políticos.

Recentemente, uma peça de teatro e uma série de TV vieram acrescentar dados a esta tragédia, mas as explicações são sempre orientadas pelo posicionamento ideológico dos autores.

153.1.6. 'LOUCOS' ANOS 20

Depois de mais uma série de tentativas frustradas de revolução, normalmente com mortos e feridos, em 1926 seria instaurada uma ditadura que duraria 48 anos.

Mas mesmo o triunfo da extrema-direita não foi pacífico, já que as fações militares se digladiaram a tiro ao longo dos meses de maio e junho.

Nos primeiros anos da ditadura, os "velhos republicanos" tentaram ainda inverter a situação, e houve mais vítimas nos combates de fevereiro de 1927, que se estenderam do Porto a Lisboa.

No final dos confrontos, que as tropas da ditadura venceriam, contavam-se 70 mortos no Porto e 50 em Lisboa, além de milhares de feridos nas duas cidades.

Passados quatro anos, e já com a ditadura solidamente instalada, houve um estertor do chamado "Revirvalho", agora na Madeira e nos Açores.

E em 1936, com Salazar sentado no poder, revoltaram-se no Tejo os marinheiros de dois navios de guerra, acabando o canhoneio do forte de Almada por fazer dez vítimas mortais.

O grosso dos marujos revoltosos iria "inaugurar" involuntariamente o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, um inferno tropical criado por um regime que usava um tom paternalista para impor a sua "verdade" indiscutível, e cuja polícia política (sucessivamente chamada PVDE, PIDE e DGS) prendia, torturava e fazia desaparecer opositores com toda a facilidade em nome dos "brandos costumes".

153.1.7. UM AGITADO SÉCULO XIX

Muito antes de tudo isto, ao longo do século XIX, sucederam-se as lutas civis -com batalhas e numerosas vítimas e as revoluções. Primeiro, logo após o curto fogacho liberal de 1820, a grande guerra que opôs os absolutistas de D. Miguel aos constitucionalistas de D. Pedro, e em que participaram navios e mercenários estrangeiros (1832-1834).

Depois, a revolução de setembro de 1836 e, na década seguinte, uma nova guerra civil com intervenção exterior a Patuleia.

Perto do final do século, a tentativa frustrada de revolução republicana, no Porto, deixou estendidos na Rua de Santo António uma dúzia de mortos e quatro dezenas de feridos.

Não vale a pena recuar mais no tempo para demonstrar que os costumes portugueses nunca foram brandos.

Se o fizéssemos, seria apenas para recordar os clarões sinistros das fogueiras da Inquisição ou para lembrar os múltiplos linchamentos na rua de pessoas suspeitas de "jacobinismo", durante as Invasões Francesas de há 200 anos.

Ou ainda, na mesma época, o esquartejamento do general Bernardim Freire de Andrade quando, em Braga, ordenou o recuo estratégico das milícias para o Porto.

Foi para contrabalançar esta tradição portuguesa da violência política que o Estado Novo criou o estereótipo do "país de brandos costumes".

A cabeça das pessoas "faz-se", e o regime ditatorial dispôs de quase meio século para moldar ao seu gosto pelo menos duas gerações.

153.2. MENTIRA N.º 2 - O NOSSO PAÍS FOI O PRIMEIRO A ABOLIR A PENA DE MORTE

Foi dos pioneiros, mas não foi o primeiro.

À nossa frente vêm, por exemplo, a Venezuela, San Marino e o Estado norte-americano do Michigan. Está enraizada no nosso espírito a ideia de que fomos os pioneiros da clemência.

É verdade que nos encontramos no pelotão da frente, entre os primeiros a abolir a pena capital, mas houve quem chegasse antes de nós à conclusão de que ninguém tem o direito de ceifar a vida a outrem, seja a que pretexto for.

A Venezuela aboliu a pena de morte em 1863, quatro anos antes de Portugal, e antes de nós cortarmos a meta tinham-no feito ainda o ducado italiano da Toscana, em 1786, e o minúsculo São Marino, em 1865.

Pode dizer-se, isso sim, que Portugal foi o primeiro Estado a inscrever essa proibição na Constituição. Mas pode também recordar-se que um soldado português foi fuzilado em 1917, na frente de combate da Primeira Guerra Mundial.

Foi na sessão parlamentar portuguesa de 10 de março de 1852 que um deputado do partido governamental propôs a abolição da pena de morte para todos os tipos de crimes e, consequentemente, a abolição do "hediondo ofício de carrasco".

Governava então Saldanha, do Partido Regenerador.

A proposta foi bem aceite ali na hora e acabou por levar a assinatura de vários proponentes, mas a verdade é que acabou por não reunir o consenso necessário para a sua aprovação, nem naquela sessão legislativa nem na do ano seguinte.

A abolição da pena de morte para todos os crimes à exceção dos militares acabaria, no entanto, por ser aprovada em 1867, concretamente no dia 1 de julho (o que nos mostra que naquele tempo em que ninguém ia a banhos, também não havia férias legislativas...).

O carrasco ficou, pois, desempregado, já que, a haver "queixas" poderosas contra algum militar, este seria fuzilado por um pelotão de execução.

E a coisa manteve-se assim até março de 1911, já no tempo da República, quando o Governo de João Pinheiro Chagas decidiu que a abolição fosse extensiva aos militares.

Só que, entretanto, rebentava a I Guerra Mundial, e Portugal entrava no conflito, razão considerada suficiente para a pena ser reintroduzida, embora apenas "em caso de guerra com país estrangeiro" e desde que cumprida no teatro de operações.

A coisa foi levada à letra, e efetivamente um soldado português seria mesmo fuzilado junto das trincheiras da frente de batalha, em setembro de 1917.

Acusado de espionagem, João Augusto Ferreira de Almeida, do Corpo Expedicionário Português, não regressou para contar o processo sumário de que fora objeto.

O episódio nunca viria a ser totalmente esclarecido, nem se sabe se Ferreira de Almeida passava mesmo informações aos alemães (coisa difícil de concretizar, mesmo admitindo que tivesse acesso a matéria confidencial, o que é duvidoso), mas não restam dúvidas de que o fuzilamento se efetuou, talvez para fazer passar junto dos aliados franceses e ingleses a ideia de um exército bem organizado.

De qualquer das formas, a abolição total da prática execrável apenas entraria novamente em vigor, espera-se que definitivamente em 1976, depois do 25 de abril.

A título de curiosidade, registe-se que a última execução de um civil tivera lugar em Lagos, em abril de 1846, e a de uma mulher remontava já a 1772.

Resumindo: alguns países anteciparam-se a Portugal na abolição da pena capital, inclusive o Michigan, um dos Estados que formam os EUA, nação onde, como se sabe, a injeção letal e outros métodos equivalentes de ceifar a vida alheia continuam a ser aplicados em muitos recantos.

153.3.1. MENTIRA N.º 3 - A INGLATERRA É A NOSSA VELHA ALIADA

Aprendemo-lo na escola e gostamos de o recordar de vez em quando, mas essa aliança há muito que só funciona num sentido: o dos interesses britânicos.

Estamos afetivamente ligados a diversos outros países.

O Brasil vem, sem grandes hesitações, à cabeça: é o "país irmão", expressão escolhida para não se utilizar a de "país filho", talvez ridícula se atendermos a que o "filho" seria...quase cem vezes maior do que o "pai".

Mas logo a seguir surge, historicamente, a Inglaterra.

Sim, porque a "paixão" agora quase generalizada pelos Estados Unidos da América é recente, não mais velha do que duas ou três décadas.

E a Espanha?

Bom, esse é um fascínio recente; basta lembrar que durante séculos não vinha de lá "nem bom vento nem bom casamento" e que argumento definitivo! se Portugal existe como Estado é, precisamente, por oposição dinâmica ao vizinho mais vasto e mais poderoso.

Mais poderoso sempre foi, embora nem sempre tenha levado a melhor nos confrontos diretos ibéricos.

O mais gostosamente recordado de todos os choques luso-espanhóis foi e continua a ser a batalha de Aljubarrota, que opôs portugueses e castelhanos ao entardecer do dia 14 de agosto de 1385, fez agora há dias 626 anos.

E aí, Portugal venceu em toda a linha, garantindo a sua independência, então seriamente ameaçada, motivo pelo qual a façanha é tão lembrada.

Em contrapartida, o espanhol comum nem sabe que tal batalha existiu e não admira, pois, os livros escolares não se referem a ela.

Tratava-se de impedir que Juan I de Castela se sentasse no trono português, coisa a que ele se sentia com direito por ser casado com a filha única do falecido rei D. Fernando, o Formoso.

Enquanto a maior parte da nobreza apoiava o pretendente castelhano, um grupo de inconformados, liderado por D. João, Mestre da Ordem de Avis e filho bastardo de D. Pedro I (ou seja, meio irmão de D. Fernando) decidiu opor-se-lhe, com a cobertura da burguesia nascente e do povo das cidades, sobretudo de Lisboa.

A verdade é que estes "marginais" (como hoje se diria) venceram um inimigo cinco vezes superior em número.

Mas não o fizeram sozinhos: ao lado dos 6 700 portugueses comandados pelo condestável Nuno Álvares Pereira combateram uns 300 arqueiros ingleses, que para cá se deslocaram ao abrigo de uma aliança assinada pouco antes, em 1373, quando reinava em Portugal D. Fernando e em Inglaterra Ricardo III.

Algumas centenas de arqueiros parece pouco, mas não é assim, se levarmos em conta que os long bows por eles utilizados eram uma arma temível.

Depois da batalha, o duque de Lancaster, John of Gaut, reconfirmou a aliança e cedeu a mão de sua filha Philippa ao Mestre de Avis, já proclamado Rei de Portugal nas Cortes de Coimbra.

A inglesinha era a nossa bem conhecida D. Filipa de Lencastre (Lancaster), que seria mãe do Infante D. Henrique e dos seus irmãos, registados na História por Ínclita Geração.

A ajuda da Inglaterra no quadro da Guerra dos Cem Anos, que então lavrava na Europa e opunha os insulares à aliança franco-castelhana foi importante, mas os soldados enviados por Londres não se foram embora sem antes terem praticado saques em diversas povoações portuguesas, como nos conta Fernão Lopes. Hoje, chamar-lhes-íamos hooligans.

153.3.2. MENTIRA N.º 3 - A INGLATERRA É A NOSSA VELHA ALIADA

Cerca de duzentos anos mais tarde, em 1578, quando outro rei espanhol, Filipe II, se achou também com direito ao trono português, os ingleses voltaram para nos ajudar, mas dessa vez a coisa não correu bem.

Tratou-se de uma força militar enviada pela rainha Isabel I em socorro de D. António, prior do Crato, quando este pretendente ao trono de Portugal se batia contra os exércitos de Filipe II.

A Inglaterra e a Espanha travavam então nos oceanos uma guerra sem quartel. Essas tropas isabelinas, transportadas numa esquadra comandada pelo famoso corsário Sir Francis Drake, desembarcaram em Peniche, apoderaram-se do forte e, com o duque de Essex à frente, iniciaram a marcha para Lisboa.

Enquanto isso, os ágeis galeões de Drake posicionavam-se diante de Cascais, para bloquearem a barra do Tejo.

A capital portuguesa, já ocupada pelas forças espanholas do duque de Alba, iam chegando, entretanto, notícias acerca do avanço dos aliados ingleses, ou seja, dos "amigos de Peniche".

E não eram nada animadoras, já que os soldados de Essex, verdadeiros hooligans como os seus antepassados de 1385, se dedicavam ao saque das povoações que encontravam pelo caminho: Lourinhã, Torres Vedras, Loures...

Chegados aos arredores de Lisboa, os ingleses, que não traziam artilharia, esbarraram contra uma muralha de fogo espanhola.

Ao que parece, vinham a contar com o levantamento da população alfacinha, o que não aconteceria por receio da feroz repressão dos ocupantes.

E não tardou que os ineficazes aliados do prior do Crato tivessem de retirar, deixando atrás de si uma recordação triste, mas duradoura: a do fraco comportamento dos "amigos de Peniche".

Anos mais tarde, Sir Francis Drake voltaria a Portugal, mas...para bombardear Faro e saquear o Algarve. Explicação: a união política de Portugal com a Espanha fazia de nós inimigos dos ingleses.

E foi nessa condição, aliás, que navios portugueses participaram, à força, na desastrosa aventura da "Invencível Armada" espanhola, enviada por Filipe II para submeter a Inglaterra, mas desfeiteada nas águas da Mancha por uma tempestade e pela contraofensiva de Drake.

153.3.3. MENTIRA N.º 3 - A INGLATERRA É A NOSSA VELHA ALIADA - NAPOLEÃO E AS GUERRAS MUNDIAIS

Durante as Invasões Francesas, é verdade que Portugal conseguiu manter a independência face aos ambiciosos projetos de Napoleão, graças à atuação do exército britânico de Arthur Wellesley, futuro duque de Wellington.

Porém, a "ajuda" inglesa não ficou a dever-se à atração dos nossos lindos olhos, mas antes aos cálculos estratégicos da Grã-Bretanha, empenhada numa guerra contra a França e vendo abrir-se-lhe no nosso país um campo de batalha privilegiado.

Depois da derrota de Napoleão, os ingleses permaneceriam aliás alguns anos por cá, como "protetores" e verdadeiros governantes.

Mas a desilusão, para muitos, surgiria em 1890, aquando do célebre Ultimato britânico: Portugal era intimado por Londres, mediante a ameaça velada de retaliação naval, a evacuar o território africano entre Angola e Moçambique (atuais Zâmbia e Zimbabué).

O governo de D. Carlos acedeu, mas a onda de patriotismo com que a generalidade da população portuguesa respondeu à ofensa contribuiu decisivamente para a implantação da República, 20 anos mais tarde.

Não muito depois, Portugal entrou na Primeira Guerra Mundial, por decisão do Partido Democrático de Afonso Costa, a fim de garantir um lugar nas conversações de paz que se seguiriam à esperada vitória aliada.

Os ingleses, porém, franziram o nariz, e só contrafeitos acabaram por aceitar a fraca ajuda do aliado meridional. Aqui, de certo modo, os papéis inverteram-se, mas já no tempo da Segunda Guerra Mundial a cedência de bases nos Açores seria acordada por interesse da Grã-Bretanha.

Curiosamente, ao discursar a este respeito na Câmara dos Comuns, Winston Churchill invocou...a aliança anglo-portuguesa de 1373.

Por ocasião da Guerra das Malvinas, em 1982, Londres voltou a utilizar os Açores, com o acordo de Portugal.

Hoje, em tempo de União Europeia e de quase cega fidelidade internacional aos EUA, já quase ninguém se lembra da Aliança Luso-Britânica, objetivamente a mais antiga do mundo entre dois estados soberanos, mas que ela continua a existir, isso é verdade.

Simplesmente, desde os seus primórdios, que remontam ao tempo de Aljubarrota, praticamente só tem servido o aliado do Norte.

153.4.1. MENTIRA N.º 4 - SALAZAR GARANTIU A NEUTRALIDADE NA II GUERRA

Diz-se e repete-se que a neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial se ficou a dever ao talento político do ditador.

Mas terá sido assim?

E Portugal foi mesmo neutral?

Salazar tinha sido um decisivo aliado de Franco na Guerra Civil Espanhola de 1936-1939, mas, ao rebentar a II Guerra Mundial, neste último ano, interessava-lhe impedir a todo o custo que o ditador espanhol (com quem assinara pouco antes o Pacto Ibérico) entrasse no novo conflito.

Se ele o fizesse, obviamente ao lado da Alemanha de Hitler, arrastaria inevitavelmente Portugal, deixando o nosso país vulnerável tanto à possível ocupação por tropas nazis (ou da Espanha franquista em seu nome) como ao hipotético desembarque dos ingleses, à semelhança do que sucedera 130 anos antes, aquando das Guerras Napoleónicas.

De qualquer forma, o território nacional transformar-se-ia num teatro de guerra.

Quanto ao Estado Novo, ficaria entalado entre dois imperativos de consciência: a fidelidade à aliança britânica, fosse ela o que fosse, e os compromissos com as jovens ditaduras, às quais estava ligado por afinidades ideológicas e interesses de sobrevivência.

A verdade é que, em 1940, Portugal se viu mesmo confrontado com o dilema das fidelidades.

A França já fora invadida pela Wehrmacht e a Inglaterra combatia sozinha contra a Alemanha.

Hitler, que em vão tentara convencer Franco a aderir ao Eixo Roma-Berlim, pensou atravessar com os seus Panzers o território espanhol para atacar Gibraltar por terra, numa intervenção militar que exigiria a ocupação de Portugal.

A Inglaterra mostrou na altura não estar em condições de defender o território luso de uma violação das suas fronteiras terrestres (até porque não era ainda tempo de abrir uma frente de combate na Europa), limitando-se a aconselhar o Governo de Salazar a retirar para os Açores em caso de invasão hitleriana ou franquista, após simular a defesa do território.

Não era, aliás, do interesse de Londres que Lisboa entrasse no conflito ao seu lado, como fizera na I Guerra Mundial, também contrariando os seus desejos.

O Portugal de 1940, de qualquer modo, não era impelido para a guerra junto da "velha aliada" por uma necessidade premente como a da defesa das colónias africanas, que um quarto de século atrás tinham sido objeto de cobiça tanto de britânicos como de alemães.

E Salazar não ignorava que a sobrevivência do seu regime passava por estar nas boas graças de ambos os lados de um confronto de desfecho ainda incerto.

Por sorte, as aventuras guerreiras de Mussolini nos Balcãs, descambando em desaire militar perante a Grécia, voltaram Hitler para um cenário bélico de emergência com que não contava, aliviando providencialmente a pressão na Península Ibérica.

Seguiram-se os compromissos militares da Alemanha contra os ingleses no norte de África e, por fim, a desmesurada invasão da URSS, que se transformaria depois no tûmulo do III Reich.

Assim, a invasão de Portugal nunca se concretizaria, embora algumas precauções tenham sido tomadas, como a instalação de peças de artilharia antiaérea em partes centrais de Lisboa.

153.4.2. MENTIRA N.º 4 - SALAZAR GARANTIU A NEUTRALIDADE NA II GUERRA: O TRUNFO DOS AÇORES

Posto de lado o risco de invasão do continente, os Açores revelar-se-iam a parte do território nacional mais disputada, já que a posse de bases aeronaves no arquipélago seria de importância fulcral para ambos os lados em confronto, mas a Alemanha, potência sobretudo continental, não dispunha de meios para o ocupar.

Quanto à Inglaterra, solicitou a Salazar a concessão de bases nas ilhas, o que este começou por rejeitar receando represálias dos alemães, com os quais mantinha um frutuoso diálogo económico que incluía a venda de volfrâmio pago em barras de ouro.

Ciumenta, a Inglaterra, à qual Portugal também fornecia volfrâmio, chegou a esboçar um boicote económico ao nosso país, para desgosto do embaixador Armindo Monteiro, um anglófilo que preconizava a entrada na guerra ao lado dos britânicos, ousadia que lhe valeria a substituição no cargo.

O governo de Churchill, que via em Monteiro um bom substituto de Salazar, chegou a mover cordelinhos para o depor através de um golpe, mas a mudança de atitude do ditador português quanto aos Açores fá-lo-ia recuar.

Resumindo: durante a primeira parte do conflito, até à reviravolta na sorte das armas do outono-inverno de 1942-43, Salazar pôde sem custo gerir uma neutralidade que apregoava rigorosa e que tanto ingleses como alemães gostariam de ver mais colaborante.

Mas ao aperceber-se de que os Aliados tinham todas as probabilidades de vencer respondeu favoravelmente aos pedidos de Londres, e uma base britânica acabou por ser instalada nos Açores.

Ao pedido inglês seguiu-se o americano, e uma vez mais Salazar optou numa primeira instância pela negativa: tolerava a Inglaterra, mas detestava os EUA e desconfiava do papel que uma América convertida em superpotência pudesse vir a desempenhar num mundo talvez futuramente pautado por valores de um liberalismo extremo.

Mas também aqui acabaria por ceder, rendido ao peso das tropas americanas deslocadas para a Europa na contenção do expansionismo soviético para Ocidente.

Amainada a tempestade, Salazar sobreviveu, contra as previsões.

A lógica maniqueísta da Guerra Fria fazia-o alinhar do lado dos "bons" capitalistas contra os "maus" comunistas.

Igual sorte teve Franco, mesmo sem ter cedido bases aos Aliados nem ter encenado, como Salazar, um simulacro de eleições legislativas.

Houve mérito de Salazar na manutenção do estatuto de neutralidade?

O seu único verdadeiro mérito terá sido o de se esforçar por conter a adesão de Franco ao Eixo.

Mas se Portugal não entrou na conflagração foi, primeiro, porque Hitler acabou por não invadir a Península; e, depois, porque a Inglaterra assim o quis.

153.5.1. MENTIRA N.º 5 - OS CASTELOS SÃO DO TEMPO DOS MOUROS

Tinham sido, mas o tempo destruíra-os.

Então, o Estado Novo decidiu reerguê-los como achou que ficavam melhor com muitas ameias bem recortadas.

E fez o mesmo a igrejas medievais.

Antes da década de 40 do século XX, quem percorresse o País quase não encontraria castelos.

Reduzidas as antigas fortalezas medievais a montes de pedras, só a custo se conseguiria divisar aqui ou ali um pedaço de muralha, um vestígio de escadaria ou uma torre arruinada.

Querem ouvir uma história?

Se, num belo dia de 1836, um dos vereadores Vimeirense tivesse votado de forma diferente numa reunião camarária, o Castelo de Guimarães teria sido demolido e a sua pedra utilizada para calcetar as ruas.

Foi por um só voto que saiu derrotada a proposta apresentada nesse sentido pela Sociedade Patriótica Vimeirense.

Vá lá, compreende-se: estava ainda bem viva na memória de todos a guerra civil entre os liberais de D. Pedro e os absolutistas de D. Miguel, e o castelo tinha servido de prisão política miguelista...

Mesmo assim, ainda seria demolida a Torre de S. Bento, antes de, em 1881, a fortaleza ter sido classificada como "monumento histórico de primeira classe" e, em 1908, ter ascendido à dignidade de "monumento nacional".

Veio depois o Estado Novo, com toda a encenação que é apanágio dos regimes ditatoriais, ancorados em glórias passadas e palpitações nacionalistas e os castelos foram postos de pé como construções de cartolina.

Em Guimarães, foi a partir de 1937 que se procedeu a obras de intervenção, surgindo aos olhos de todos um harmonioso edifício de torres direitas e ameias certinhas rodeado de árvores frondosas e de extensos relvados.

É esse o castelo que hoje vemos e que podemos visitar, associando-o a D. Afonso Henriques e apodando-o de "berço da nacionalidade".

Mas o castelo de Guimarães não é caso único longe disso.

Também muitos dos lisboetas das últimas três ou quatro gerações, que se habituaram a passear, a meditar e a namorar no Castelo de São Jorge, nem sequer sonham que há pouco mais de meio século aquele suposto testemunho do passado da cidade pura e simplesmente não existia.

Mas a verdade é que as muralhas e torres hoje visíveis foram construídas a partir de 1938, no âmbito do tal programa salazarista de devolução de muitos dos monumentos nacionais a uma desejada pureza original, mas que frequentemente não passou de uma recriação livre dos edifícios ao sabor dos gostos de arquitetos e decoradores.

153.5.2. TIRA CHAPELINHOS, PÔE AMEIAS

E a Sé de Lisboa? Olhamos para ela, com as suas torres ameadas que mais parecem de castelo do que de igreja, e pensamos: aqui está um edifício com quase dez séculos de idade...

Mas não. Se a catedral lisboeta, como outras por esse País fora, é realmente de fundação muito antiga, a Sé que os nossos pais ou avós viam não é exatamente a mesma que agora ali se encontra.

O templo foi mandado construir por D. Afonso Henriques logo a seguir à conquista da futura capital de Portugal aos muçulmanos, em 1147, no mesmo local onde se erguia a grande mesquita da cidade. Naturalmente, ao longo dos tempos a Sé foi recebendo acrescentos e alterações, sempre de acordo com o estilo usado na época da intervenção. Daí resultou uma mistura de traças, desde o Românico puro dos primeiros tempos até ao Barroco de D. João V, passando pelo Gótico de D. João I.

Até aqui, tudo bem.

O estranho foi quando, há pouco mais de cem anos, se resolveu restituir a Sé à traça primitiva, seja lá isso o que for.

A Idade Média, com as suas tonalidades românticas, inflamava as imaginações.

Aliás, o mesmo tinha sido feito noutros países europeus, a começar pela França, cujas imponentes catedrais haviam sido quase reerguidas na primeira metade do século XIX.

Começou então a dança da Sé alfacinha.

Em séculos passados o templo já tinha possuído uns pináculos cónicos a coroarem-lhe as torres.

Estes "chapéus" caíram com o terramoto de 1755 e as torres passaram então a ser rematadas por uma espécie de parapeitos metálicos.

Era assim a Sé dos finais do século XIX. Resolveu-se às tantas proceder a uma intervenção, e uns remates cónicos voltaram a ser construídos.

Foi essa a Sé que conheceram os jovens da geração de 1910-1920.

O Estado Novo decidiu depois conferir à igreja um ar mais sólido e, para tal, derrubou os pináculos e encheu as torres de ameias, talvez para fazer conjunto com as do Castelo de São Jorge.

O resultado, que é o que ali vemos agora, tem, portanto, menos de um século.

Por isso nos enganamos quando, olhando para os monumentos da Idade Média, pensamos com os nossos botões: ora aqui está uma construção sólida, que resistiu como uma rocha à passagem dos séculos...

153.6.1. MENTIRA N.º 6 - ESTIVEMOS 500 ANOS EM ÁFRICA

Não estivemos.

A nossa presença efetiva nas colónias africanas tal como as entendemos não excedeu algumas décadas. Antes do 25 de abril de 1974 era frequente ouvir-se falar da "presença portuguesa de 500 anos em África".

Segundo a teoria oficial do regime e a ideia feita que já vinha da I República, Portugal teria estado meio milénio no continente africano, e seria para pôr fim a essa longa permanência que os "terroristas", armados por potências estrangeiras, nos moviam guerra "a partir do exterior".

Uma vez que o ensino era orientado, a informação censurada e o debate inexistente, a opinião pública imaginava que Angola e Moçambique "sempre" tinham sido o que eram.

Ora, a efetiva presença portuguesa em África, longe de ter durado 500 anos, não excedera algumas décadas, com especial incidência na primeira metade e nos meados do século XX.

O equivalente à duração temporal dos impérios africanos de outros países europeus: Inglaterra, França, Bélgica, Itália e Alemanha.

É certo que os primeiros contactos do nosso país com as costas africanas remontam ao século XV, e nisso fomos mesmo pioneiros.

Mas o estabelecimento de feitorias costeiras vocacionadas para o tráfico de ouro, marfim e escravos não basta para que se fale de colonização de países ou de povos.

Foi só na segunda metade do século XIX, depois da Conferência de Berlim, que a Europa definiu as regras a serem obedecidas na corrida às riquezas de África.

E a primeira das regras a cumprir para que um país europeu pudesse reivindicar direitos a um território africano consistia na sua ocupação efetiva.

E foi assim que, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, Portugal se envolveu em grandes guerras em África.

Chamava-se-lhes "de pacificação".

A mais popular delas foi a que culminou na destruição do Império Vátua do sul moçambicano e na prisão do seu soberano, Gungunhana, num raide comandado pelo capitão Mouzinho de Albuquerque.

Passou-se isso em 1895, e seguiram-se muitas outras campanhas, quer em Moçambique quer em Angola, até 1940.

Portanto, só nas décadas de 40 e 50 do século XX é que a África "portuguesa" adquiriu os contornos que muitos ainda conhecemos: habitada por centenas de milhares de compatriotas nossos.

Já agora: a grande importância histórica de Portugal está relacionada, não com a colonização africana, mas com a abertura da rota marítima para a Índia e para os países asiáticos mais além. Inaugurámos os contactos e as trocas entre o Ocidente e o Oriente.

Quanto à maior obra portuguesa no mundo, terá sido a criação do Brasil tal como ele hoje existe, e que, preconceitos à parte e encarado com objetividade, é mesmo "um imenso Portugal."

153.7.1. MENTIRA N.º 7 - SOMOS UM PAÍS MUITO PEQUENO

Grandes não seremos, mas a imagem forçada da pequenez nacional tem sido usada pelos governantes como desculpa para a má gestão crónica.

Se compararmos a superfície de Portugal com as dos outros Estados da Europa (incluindo aqueles que se estendem para a Ásia), verificaremos que Portugal ocupa a 23.ª posição numa lista de 53 países.

Trata-se, portanto, de um território de dimensão média, equivalente por exemplo à Hungria.

A que se deve então o equívoco tão entranhado de que o nosso país é minúsculo?

Provavelmente, ao facto de os vizinhos mais próximos serem francamente maiores, a começar pela Espanha, que tem cinco vezes e meia a nossa área.

A França é ainda um pouco maior do que esta, e o Reino Unido, a Alemanha ou a Itália também não são nada pequenos.

No entanto, ultrapassada esta barreira, verificamos que tanto a próspera Suíça como a bem organizada Holanda são menores do que Portugal, o mesmo sucedendo com a Bélgica, a Austría, a Dinamarca, a República Checa, a Irlanda, a Sérvia, a Croácia, a Bósnia, a Macedónia, a Estónia, a Letónia ou a Lituânia.

Para já não falar dos Estados reconhecidamente pequenos, como o Luxemburgo, o Chipre, Andorra ou as ilhas Faroé, nem dos minúsculos Mónaco, Malta, Liechtenstein, São Marino e Vaticano.

Quanto à população, Portugal ocupa o 14.º lugar entre os países exclusivamente europeus, e a sua média de habitantes por quilómetro quadrado é a 26.ª da lista.

Portanto, seja qual for o critério a que se obedeça, a conclusão a que se chega é sempre a mesma: o nosso é um país europeu médio.

Para a construção da imagem mental podem também ter contribuído a vastidão do Brasil e a largueza de Angola e de Moçambique, territórios a que estamos histórica e afetivamente ligados.

Simultaneamente, esquece-se que o Brasil, à semelhança daquelas colónias africanas, já nos pertenceu (embora em época diferente) e que um dos elementos da propaganda salazarista chegou a ser exatamente uma suposta vastidão geográfica de Portugal.

Muitos de nós lembramo-nos ainda bem do mapa da Europa com as colónias portuguesas sobrepostas e a legenda "Portugal não é um país pequeno" (e que se reproduz abaixo).

Mas porquê a habitual insistência numa suposta pequenez?

Só pode haver uma explicação: país pequeno deixa subentender escassez de recursos, logo serve de desculpa à falta de iniciativa dos cidadãos e a inépcia governativa.

Iniciativa nunca houve verdadeiramente, num país tradicionalmente governado em "cadeia de comando", à maneira de um quartel, com o comum dos cidadãos a designar por "eles" os que seguram o leme do barco.

Ao admitirmos este fatalismo, que funciona como uma espécie de pecado original a que seríamos alheios, fazemos por esquecer que existem países mais pequenos do que Portugal e francamente mais bem-sucedidos como são, para não ir mais longe, os casos da Suíça ou da Holanda.

É oportuno recordar que a própria Inglaterra (sem a Escócia, Gales e a Irlanda do Norte) tem apenas mais um terço, se tanto, da área portuguesa.

Sim, é certo que a sua população corresponde ao quádruplo da nossa e que o seu território é rico em ferro, carvão e petróleo, mas a estas vantagens inegáveis pode ser contraposta a agrura do clima e a relativa pobreza agrícola do solo.

De qualquer modo, nenhuma ideia feita resiste à comparação com a Holanda, um país fisicamente "inexistente", quase inteiramente fabricado pelo Homem sobre pântanos, sob um céu escuro como breu. Pequenos, nós?

Sim, de facto, mas por opção...

Publicada por Antonio Garrochinho à(s) 17:44  19 nov 2015

<http://desenvolturasesdesacatos.blogspot.pt/2015/11/as-grandes-mentiras-da-historia-de.html?spref=fb>

"PORTUGAL NÃO É UM PAÍS PEQUENO"

CCP. LIG. 1734/12



IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS - 1918

IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS - 1918